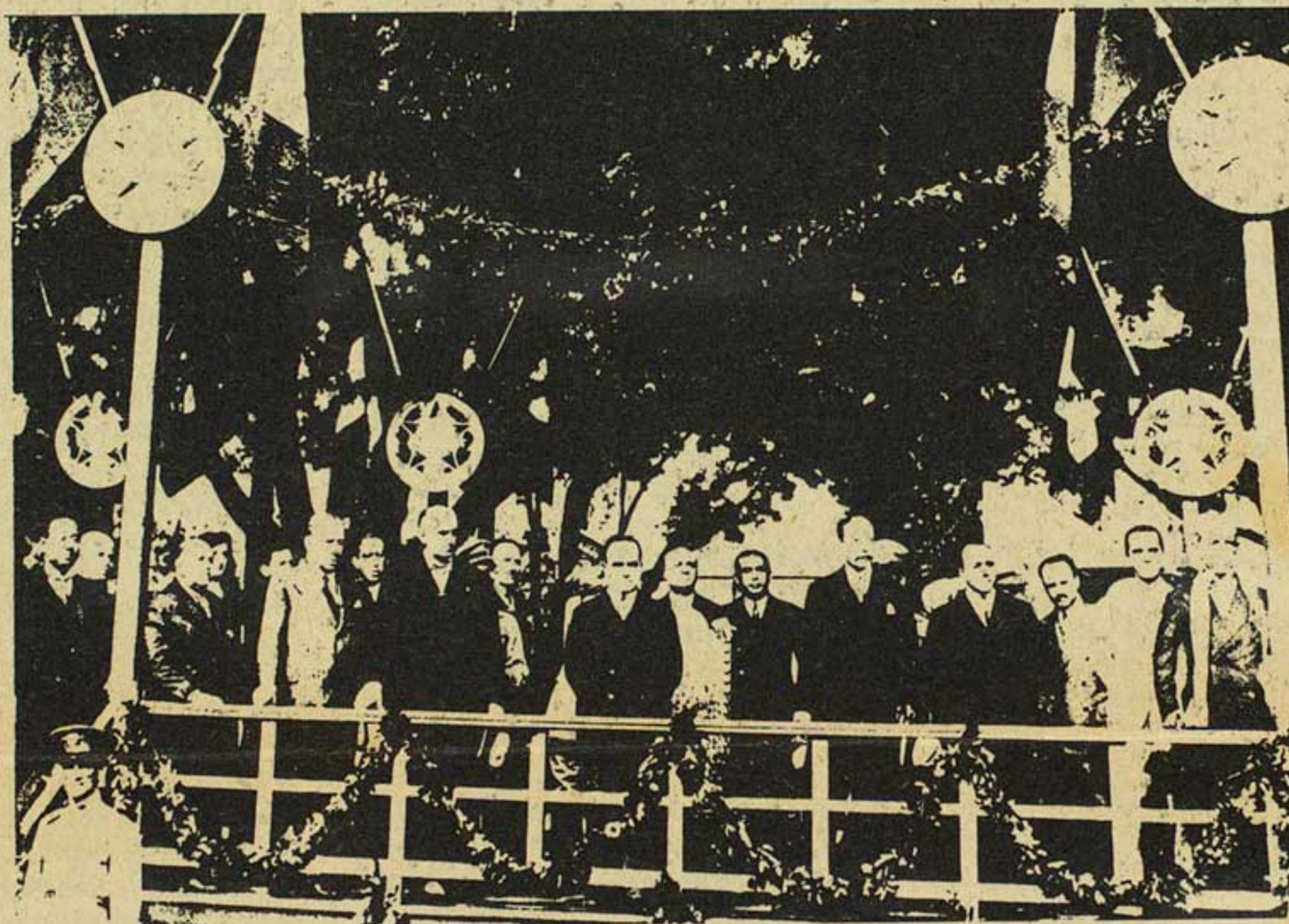


A época de Vargas

NELSON WERNECK SODRÉ



Nelson Werneck Sodré, intelectual, ex-militar, autor de várias obras de relevo sobre a realidade nacional ("História da Burguesia Brasileira, História da Imprensa no Brasil" etc.), militante nos períodos mais intensos das lutas republicanas, nos apresenta um estudo sobre "A Época de Vargas".

Para Werneck Sodré trata-se de caracterizar a evolução da atuação política de Getúlio Vargas, mostrando historicamente como e por que este foi cada vez mais se afastando de seu suporte político: as Forças Armadas, e, recolhendo-se, progressivamente, numa indevassável solidão que culmina com o suicídio.

Os argentinos, na necessidade didática de dividir a História em períodos, com limites marcados por acontecimentos de relevo, convencionaram denominar como *Época de Rosas* a fase do desenvolvimento histórico do país sulino em que a figura destacada do cenário foi a de Don Juan Manuel de Rosas, em torno do qual as controvérsias, ainda hoje, giram, e com vigor extraordinário. Um pouco fundado nesse exemplo, um pouco por força da imposição da realidade de nosso próprio país,

decidi batizar como *Época de Vargas* o período de nossa história iniciado com a Revolução de 1930 e encerrado, a meu ver, com o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954.

Quando me inclinei, ao ensinar a nossa história, pela aceitação de uma categoria nova – a de Revolução Brasileira – para configurar o tormentoso processo em cujo curso estamos ainda –, alguns professores, aferrados ao passado e infensos a mudanças, tentaram, e inutilmente, resistir ao batismo, ao con-

ceito. Hoje, ele é aceito sem resistência, porque corresponde à realidade histórica, isto é, a um período de aceleradas transformações, de ritmo intenso, de que emergirá, sem a menor dúvida, um Brasil inteiramente diverso daquele que estamos sofrendo. Assim tem sido com o conceito de *Época de Vargas*. A recusa à aceitação desse conceito resulta das paixões que, ainda hoje, o nome de Vargas desperta. O fato de ter despertado paixões tão intensas, entretanto, como que justifica o batismo, o conceito.

Não voltaremos, aqui, a discuti-lo. Consideremos, preliminarmente, a conveniência em aceitá-lo. Na análise que ora tentamos, entretanto, não nos preocupará todo o período, que convencionamos como repartido em duas fases: a primeira, de 1930 a 1945; a segunda, de 1945 a 1954. A primeira fase compreende três lustros e foi pontilhada de acontecimentos muito importantes: a própria Revolução de 1930, que a iniciou; o Governo Provisório, com o declínio do tenentismo; a primeira Constituição, a de 1934, buscando configurar a fase em novos termos; a radicalização política, com os movimentos armados de 1935 e de 1938, de esquerda o primeiro, de direita o segundo; a ditadura do Estado Novo, encerrada com o fim da Segunda Guerra Mundial, de que participamos, e com o golpe de 29 de outubro e deposição de Vargas. A segunda tem início, justamente, com Vargas em seu recolhimento, na Fazenda Itu, no Rio Grande do Sul: compreende a campanha eleitoral para a presidência e o seu período presidencial, culminando e tendo fim no dramático episódio de seu suicídio, em 24 de agosto de 1954; compreende um decênio.

É desse decênio que nos ocuparemos aqui, isto é, apenas da segunda e última fase da *Época de Vargas*, aquela que começa com o seu exílio, deposto por um golpe militar, em 1945, que assinala o seu apogeu, com a consagração popular como candidato de oposição vitorioso no pleito presidencial de 1950, e que marca o seu declínio, com o conturbado período presidencial, que culmina e se encerra com a terrível tragédia de 24 de agosto de 1954.

Começemos, pois, pelo princípio, isto é, pela deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945, por um golpe militar branco. Para os que não viveram aqueles dias e não conhecem o episódio, convém recordá-lo, em breves traços. O Brasil vivia sob um regime autoritário, uma ditadura, gerada pela ascensão nazi-fascista no mundo e por condições internas peculiares; a ditadura gerara-se de um golpe militar, que encontrara, a encabeçá-lo, entretanto, Getúlio Vargas, no poder desde a Revolução de 1930. Com a derrota da Alemanha nazista, da Itália fascista e do Japão militarista, em 1945, ha-

via que liquidar, aqui, o regime autoritário, já em desgaste interno profundo. Em dimensões mundiais, tratava-se de uma fase de ascensão democrática, pois; e a liquidação da ditadura brasileira deveria cingir-se às condições internacionais dominantes, quando a União Soviética emergia como grande potência de uma guerra que a debilitara, enquanto os Estados Unidos, com o seu território poupado e o enriquecimento proveniente de ter sido o arsenal dos aliados contra o eixo nazi-fascista, dava início ao que se conheceu como "guerra-fria", com o lançamento das duas bombas atômicas, em Hiroshima e Nagasaki, advertência clara e rude à União Soviética. A chamada redemocratização do Brasil, pois, situa-se como episódio da "guerra-fria", nela inserido e dela dependente. Internamente, quanto ao problema da redemocratização, surgem duas correntes: a primeira, encabeçada por Vargas, pretende tirar proveito dos ensinamentos da guerra contra o nazi-fascismo, abrindo perspectivas para a estruturação de um regime não apenas formal em suas franquias democráticas, mas fundado em condições materiais que fundamentariam a democracia, isto é, na liquidação das estruturas arcaicas, ainda dominantes entre nós; a segunda, comandada do exterior e encontrando aliados no interior, preocupada em comandar o processo de redemocratização, de sorte que ele não excedesse os limites formais, mantendo, portanto, as velhas estruturas. Essas duas correntes haviam convergido e se somado, para o estabelecimento, em 1937, da ditadura do Estado Novo; divergiam, agora, quando ele chegava ao fim.

Do ponto de vista mais significativo, o fundamental da divergência fica evidenciado quando Vargas, pelo seu ministro Agamenon Magalhães, elabora o projeto de lei que limita a formação de trustes e monopólios — logo incriminando, em virulenta campanha de oposição, como *lei malaia*. A ameaça aos interesses dos trustes e monopólios, pois, estabelece um divisor que, imediatamente, através de bem articulada campanha de imprensa e de rádio, culmina em apaixonada controvérsia. Do ponto de vista econômico, e fundamental, a divergência gira, pois, em torno de um projeto de grande al-

cance, que poderá ferir profundamente as estruturas tradicionais em que se apoiava o Estado brasileiro, e particularmente sua forma eventual e ditatorial, o Estado Novo. Do ponto de vista político, a divergência será situada no que se refere à forma: as correntes conservadoras e reacionárias opinavam que a liquidação do Estado Novo deveria ter início com a substituição do governante; as correntes democráticas e progressistas opinavam que a passagem ao novo regime deveria ser iniciada com uma Constituinte, que elaboraria as normas a que tal regime obedeceria, importando pouco que, enquanto isso, permanesse Vargas no poder. Ora, os mais rancorosos adversários de Vargas, agora, eram precisamente aqueles que o haviam levado à ditadura, pois o Estado Novo não passou, no fim de contas, de uma ditadura militar exercida por um civil, uma vez que o poder residia nas Forças Armadas, em que se destacavam, como figuras eminentes, o general Eurico Gaspar Dutra e o brigadeiro Eduardo Gomes, que viriam a ser os candidatos à sucessão de Vargas, após terem sido personagens eminentes do Estado Novo. O pretexto para a deposição de Vargas — realizada por um golpe militar branco, que uniu aqueles dois candidatos, ambos e cada um certos de sua escolha no pleito presidencial, e de que foi executante, quanto à intimação a Vargas, o general Oswaldo Cordeiro de Farias, portador da palavra de ordem dos chefes militares, exigindo a renúncia do presidente, foi a nomeação de novo secretário de Segurança. Aí temos, pois, fatos ligados aos planos em que operou o processo de mudança: no plano essencial e econômico, a intenção de controlar os monopólios e limitar os lucros; no plano político o desejo de impedir a democratização real pela Constituinte, colocando no poder alguém decididamente comprometido com as forças externas; no plano factual, e menor, sem dúvida, a nomeação de Benjamim Vargas para secretário de Segurança, mero pretexto, em suma.

Com a deposição de Vargas, a 29 de outubro de 1945, ficava decididamente comprometido o processo de redemocratização; o que se seguiria não iria passar de uma ditadura com aspectos formais democráticos, eleições, Congresso, divi-

são de poderes etc. Tudo sob as condições da "guerra-fria" e do monopólio da bomba atômica pelos Estados Unidos. Vargas retirou-se para a sua Fazenda do Itu, na fronteira da Argentina; as eleições, que não puderam ser evitadas, denunciaram o seu enorme prestígio popular. O país assistira ao curioso espetáculo de um ditador, apeado há pouco do poder, que era eleito deputado por vários estados e senador por dois desses estados. Vargas acabou por optar pela senatoria pelo seu estado natal, o Rio Grande do Sul. Compareceu ao Senado apenas para pronunciar três discursos que assinalaram a sua visão profética dos acontecimentos. De que se tratava, na realidade? Tratava-se de que os Estados Unidos, dando conseqüências práticas à "guerra-fria", que para isso fora articulada, elaboraram a doutrina maniqueísta dos dois hemisférios - o ocidental e cristão e o oriental e comunista -, cujo choque militar era inevitável e que, portanto, deveria ser preparado. Isto posto, para os satélites, tratava-se de comprar, o mais depressa possível, aquilo que, com a guerra às portas, não poderia ser importado. Para o Brasil, que acumulara, durante a guerra, enormes saldos em divisas, por força da redução compulsória das importações, tratava-se de comprar as quinilhanas, os supérfluos e toda sorte de mercadorias, em que nossas reservas foram perdulariamente dilapidadas. Vargas escalpelou, nos três discursos referidos, essa política vesânica de satélite, que proporcionou aos trustes norte-americanos lucros extraordinários e nos impediu de reaparelhar o nosso parque industrial obsoleto. Nesse quadro, um dos episódios mais característicos foi o da compra de ferro velho da ferrovia Leopoldina: possuíamos, na Inglaterra, vultoso crédito, que ela não estava em condições de nos pagar de imediato, propondo-nos, como forma de liquidá-lo, a entrega daquela ferrovia, deficitária há muitos anos. Os acionistas ingleses receberam, pelas suas ações, o valor nominal, quando tais ações estavam muito abaixo dele; e ficamos com mais um trambolho ferroviário. Esse "negócio" - cujos detalhes permitiriam desvendar a forma de ação característica da época, em relação ao Brasil - demanda-

ria, por si só, todo um volume para ser convenientemente contado. Fora os referidos discursos, que despertaram grande interesse na época - e cujo conhecimento, hoje, seria importante -, Vargas nada mais fez, em termos políticos. Recolhido ao Itu, esperou pelo tempo. O período presidencial de Dutra - quando UDN e PSD, os dois partidos maiores, antes antagônicos, se uniram - ficou assinalado - apesar de que, hoje, ainda é comum ler-se referências encomiásticas ao seu conteúdo "democrático" - pela crise econômica e financeira que teve como um de seus episódios mais grotescos a carta do ministro da Fazenda, Correia e Castro, ao seu confrade norte-americano, explicando que os Estados Unidos deveriam nos emprestar grande importância, sob pena de "nos carregar às costas". Esse descabro impopularizou, naturalmente, o governo, de tal sorte que, aproximando-se do fim o período presidencial, era fácil verificar que ou surgiria novo golpe de força, encerrando o curto período de vigência de uma Constituição - não se pode dizer que houve vigência e regime democrático - ou o governo não teria condições de ver vitorioso o seu candidato ao pleito sucessório. Foi, realmente, o que ocorreu. Como a derrota do nazi-fascismo era ainda recente, as condições para liquidar, outra vez, o regime formalmente democrático não eram propícias. Daí ter o governo de enfrentar um pleito sucessório em circunstâncias difíceis. O candidato escolhido foi Cristiano Machado, vítima infeliz daquilo de que não era culpado. As forças políticas que viam mais longe marcharam, clara ou escondidamente, para Vargas. O Brasil assistiu, em 1950, e pela primeira vez, essa singularidade: um ditador que voltava ao poder pelo sufrágio popular derrotando o candidato oficial. Daí a expressão "cristianizar", que passou a caracterizar a fuga de forças políticas ou partidárias a comandos pretensamente efetivos, na verdade ineptos.

Vargas encontraria, para tomar posse, após consagrada vitória eleitoral, aqueles tropeços que já se haviam tornado rotina, na vida republicana, desde que o poder começara a perder o controle dos pleitos eleitorais, permanecendo ameaçado até a última hora. As condições, entretanto, não eram

favoráveis ao golpe, mera repetição daquele que o despojara do poder, cinco anos antes. As forças que formavam ao seu lado eram, agora, poderosas, não apenas as forças políticas e econômicas, que viam nele a salvação, depois do desastre do período de Dutra, como a componente militar que dissentira do golpe de 1945, cuja subtileza impedira qualquer reação. Vargas tinha, agora, para preservar o seu direito, conquistado nas urnas um conjunto de forças articulado e forjado no quadro novo que o Brasil apresentava, quando começavam a ficar claras, para as consciências mais lúcidas, as condições geradas pela "guerra-fria", em detrimento dos interesses nacionais, colocados em pauta alguns dos grandes problemas que o país teria de enfrentar e resolver. Realmente, no ano das eleições, e antes, desenvolvera-se, por exemplo, a campanha pelo monopólio estatal do petróleo, a mais ampla mobilização já conhecida no Brasil, cobrindo todas as classes sociais e a extensão territorial brasileira. Não é aqui o lugar para reconstituir a grandeza dessa mobilização e situar as forças que movimentou e articulou. Foi o maior exemplo de frente comum que a vida política brasileira conheceu, sem que houvesse um comando ostensivo, uma forma institucionalizada, um limite para definir-lhe o campo e a composição. Foi, efetivamente, a maior mobilização nacional de opinião a que o país jamais assistiu. E, convém destacar, contando com a resistência, quando não a aberta oposição, da chamada "grande imprensa", isto é, aquela alimentada pela publicidade distribuída pelos trustes e monopólios estrangeiros.

Vargas e o nacionalismo militar

A campanha pelo monopólio estatal do petróleo teve início quando ocupava a presidência da República o general Eurico Gaspar Dutra. Foi fácil - particularmente para aqueles que haviam articulado a ditadura do Estado Novo, na fase de ascensão nazi-fascista no mundo, à base do anticomunismo - à propaganda ligada às forças antinacionais inquirir de comunistas os

partidários da solução do monopólio estatal para a exploração petrolífera. Foi fácil, conseqüentemente, lançar contra aqueles a violenta repressão policial que, realmente, marcou o período do governo de Dutra como a continuação natural da ditadura do Estado Novo, de que fora o condestável. A verdade é que os comunistas, com a sua organização, a sua devoção e a sua pertinácia, participavam da campanha pelo monopólio estatal – foram mesmo o seu motor –, mas ela não lhes pertencia. Muito ao contrário, abarcava componentes heterogêneas, antagônicas em relação a outros problemas, tacitamente conjugadas apenas em relação ao problema do petróleo. A técnica publicitária gerada e alimentada pelo imperialismo, porém, sabia que o anticomunismo anestesias consciências e disfarça a essência dos problemas, desviando as atenções para o secundário, quando não atemoriza incautos, que se distanciam de ideais e até de interesses, por medo de incorrer nas iras dos poderosos, inclusive aqueles detentores da força, que a utilizam sempre que os seus objetivos são postos em dúvida. Foi o anticomunismo, por isso mesmo – embalado pelo ambiente correspondente à “guerra-fria” –, largamente utilizado para intimidar todos quantos se inclinavam à aceitação da tese do monopólio estatal para a exploração petrolífera em nosso país. Como se sabe, o anticomunismo tem dado grandes dividendos, ao longo do tempo, a empresas, desde aquelas que especulam com riquezas nacionais de vulto até às limitadas chantagens e negociatas que, vistas à luz do debate, seriam inviáveis. Esse elixir estonteador visava, em particular, os militares, de vez que a referida tese havia conquistado larga faixa de opinião no meio deles e o Clube Militar se tornara o centro de gravidade da campanha do petróleo. Assim, à medida que se desenvolvia a luta pela sucessão presidencial, desenvolvia-se a luta pela tese nacionalista quanto ao petróleo, e esta repousava, – além, naturalmente, de repousar na opinião popular – na opinião dos militares. Paralelamente, pois, as forças reacionárias, na área econômica como na área política, atacavam, simultaneamente, os mili-

tares nacionalistas e a diretoria do Clube Militar que comandava a campanha do petróleo, e a candidatura Vargas e as forças que a apoiavam, aberta ou discretamente. As lutas paralelas continuaram a se desenvolver, após o pleito presidencial, em que o governo ficaria fragorosamente derrotado, consagrando Vargas como preferido: agora pela destruição da diretoria do Clube Militar, vítima, às vésperas da posse do novo governo, de inaudito ato de intervenção; e pelo impedimento à posse de Vargas, sob as conhecidas alegações, que a chicana repete sempre, de ter recebido apoio comunista, de não ter maioria absoluta etc. e etc. – com a costumeira ausência de originalidade com que a reação se apresenta.

Tal como acontecia em relação à tese do monopólio estatal do petróleo, a candidatura Vargas à sucessão de Dutra representava a composição heterogênea de forças impulsionadas para ela pelas condições da circunstância histórica. Para o candidato, isto representava sério problema, pois dificultava a colocação, em seus discursos, dos pontos que estimava defender e dos objetivos a que se propunha quando no poder. De natural cauto, Vargas se habituara, desde a vitória da Revolução de 1930 – a que se sucedeu tormentoso período político – a pautar pela prudência, e até pela ambigüidade, os seus pronunciamentos e essa ambigüidade não derivava apenas de traços biográficos, configurando um perfil que o anedotário recolheu, mas, e principalmente, de consumada habilidade política e de deliberado propósito, calcado, objetivamente, nas condições reais do país. Ora, um ambiente assim contraditório, navegando em mar cheio de escolhos, exigia do candidato, que havia sido deposto por golpe militar menos de um lustro antes e que enfrentava um governo presidido por militar, mais habilidade ainda do que em qualquer outro período de sua extensa e conturbada carreira. Mas, por outro lado, o momento estava a exigir do candidato opções intransferíveis e decisões incisivas. Entre os dois extremos, Vargas teria de manobrar. Ora, se, em relação a outros problemas, os seus pronunciamentos foram incertos, ambíguos,

deixando-os em aberto, em relação ao petróleo eles foram claros. Jamais – e basta recorrer à coleção de seus discursos – seria tão definido, jamais se colocaria com tanta nitidez. É interessante, a propósito, recordar o depoimento de um de seus auxiliares mais chegados. Luiz Vergara conta, em seu livro *Fui Secretário de Getúlio Vargas*, como o candidato se comportou, desde o início, em relação ao petróleo: “A campanha deveria iniciar-se pelos estados do Norte. Já havia organizado quase todo o material, quando o presidente me disse que pretendia fazer o primeiro comício na Bahia e o assunto a tratar teria de ser o petróleo. Recomendou-me que examinasse o esboço do discurso que alguém lhe havia oferecido. Não o lera, mas talvez fosse aproveitável. Verifiquei logo que a orientação do trabalho estava em contradição flagrante com os rumos que o presidente vinha dando de longa data à política petrolífera. Pedi à Alzira para chamá-lo e mostrei-lhe que o esboço não me parecia aproveitável. Representava uma verdadeira “virada” nos rumos por ele assentados e obedecia a uma linha claramente “entreguista”. Perguntei se poderíamos identificar o autor da “encomenda”. Respondeu negativamente. Não se lembrava como lhe viera às mãos. Mas, acrescentou, não valia a pena perder tempo com tais indagações. Era preciso elaborar logo o discurso. Eu devia redigi-lo coerentemente, reafirmando os seus pontos de vista por mim bem conhecidos. E nada de meias palavras. Declarar, sem deixar dúvida, que o petróleo e a sua exploração constituiriam monopólio estatal. Era uma poderosa fonte de energia que devia ser inteiramente nacionalizada” (pág. 218). Os discursos sobre o assunto, particularmente aquele pronunciado na Bahia, foram, realmente, incisivos, sem dúvidas, sem ambigüidades. Contrastariam, aliás – e, aqui, estamos nos antecipando –, com declarações e mesmo com decisões e orientações posteriores, quando no poder, no encaminhamento do anteprojeto do que viria a ser a Lei 2004. Luiz Vergara lembra outro momento: Vargas já com o seu período presidencial próximo do fim, atormentado pelas contradições que haviam dessorado o seu

governo e o haviam reduzido à solidão política, mostra-se desencantado e amargurado. Havia algo que o impedia de apelar para o remédio terrível da renúncia, e ele diria: "Há ainda uma coisa que preciso ultimar e me julgo obrigado a fazer. É a Petrobrás. Tantos anos de luta para defender o nosso petróleo contra a cobiça dos trustes exigem a execução desse empreendimento, que é fundamental para o progresso e independência econômica do Brasil" (pág. 225).

A campanha pelo monopólio estatal do petróleo, de que o Clube Militar seria peça fundamental, projetara extraordinariamente algumas figuras militares. Com o risco ingrato de omitir muitas, convém recordar personalidades como os generais Estêvão Leitão de Carvalho e Arthur Carnáuba, chefes de enorme prestígio dentro e fora das Forças Armadas, o general Felicíssimo Cardoso, com lugar de destaque invulgar na campanha, fundador do Centro de Defesa do Petróleo; o general Júlio Caetano Horta Barbosa, cuja ação na presidência do Conselho Nacional do Petróleo permitira as primeiras descobertas e que, depois, se consagraria como pioneiro da tese da exploração por monopólio estatal, pessoa que Vargas bem conhecia; e, finalmente, o general Newton Estillac Leal, chefe da corrente nacionalista militar. Os pronunciamentos de Vargas na campanha eleitoral como o fato de se tornar na medida em que sua vitória se delineava e depois que ela se concretizou, alvo da campanha das forças reacionárias, bem conhecidas e intensamente mobilizadas, contribuíram para fazer confluir as forças que apoiavam Vargas e as forças que apoiavam a solução nacionalista para a exploração do petróleo. Assim, Vargas contou, na luta pela sua candidatura – enquanto indivíduo, naturalmente – como na sua luta pela posse, com o apoio dos militares ligados à campanha do petróleo. Tendo sido deposto por militares, em 1945 e, portanto, sem componente militar em suas forças, achava-se, agora, apoiado por uma corrente militar que vinha demonstrando seu vigor e ocupando espaço na arena política do país. Colocava-se, paralelamente, com as manobras golpistas

contra a sua posse, um problema fundamental, o do próprio regime. Como se delineava esse problema? É interessante lembrar por que tal problema se repetiria, depois, e pode repetir-se ainda. A origem das candidaturas presidenciais, no Brasil, denuncia a precariedade do regime democrático, entre nós, frequentemente sujeito, e em particular após o início da "guerra-fria", a golpes que interrompem a sua vigência. Manter o regime, pois, tornou-se ponto fundamental na definição política das forças democráticas. Conseqüentemente, sempre que um candidato, embora recrutado segundo os velhos processos e, por isso mesmo, despojado do conteúdo democrático, se viu ameaçado em seus direitos, isto é, negado o seu direito a tomar posse – o que significa, sempre, negar ao povo o direito de escolha –, sua candidatura passou a revestir-se de conteúdo novo, independente, inclusive, de sua vontade. Assim, um candidato comum, desprovido de características pessoais de atrativo popular, marcado por carreira comum e por posições retrógradas, pode assumir papel inteiramente diverso e positivo, desde que lhe ameacem os direitos forças ainda mais retrógradas, voltadas, objetivamente, para solução retrógrada, isto é, a interrupção do regime. Quando Vargas é ameaçado de se ver esbulhado do direito de posse, pois, assume novo conteúdo político e para ele confluem, em apoio, aquelas forças cujo compromisso, acima de sua pessoa e até de seu passado, são com a democracia, quaisquer que sejam suas imperfeições. Porque, sem a menor dúvida, vale mais uma democracia precária e imperfeita do que qualquer ditadura. E disso o povo brasileiro tem larguíssima experiência. De sorte que, em 1950, a corrente nacionalista militar e a corrente política que apoiava Vargas se compuseram, tacitamente. Isso não ocorreu por conluio, evidentemente, nem por acordo estabelecido. Ocorreu por força das condições do momento e sem qualquer entendimento prévio ou posterior. Assim, aliás, formam-se as frentes e não, como alguns ingênuos pensam, por força de entendimentos minuciosos e comandos antecipadamente definidos.

Em conseqüência da união entre forças assim heterogêneas, Vargas, tendo, por força dessa união, pela sua simples ação de presença, vencido a luta pela posse, definiu-se pela escolha do general Newton Estillac Leal para seu ministro da Guerra. Mas como as forças políticas que haviam apoiado a sua candidatura eram ainda mais heterogêneas, minadas aliás por insanáveis contradições, constituiu um ministério em que a maioria das figuras se definia por um passado comprometido com a reação e por dependência ostensiva com os trustes e monopólios estrangeiros, inclusive aqueles que se opunham mais violentamente à solução do monopólio estatal para a exploração petrolífera. O governo de Vargas, pois, surgia já visceralmente dilacerado, contendo os germes de sua própria deterioração. Enquanto a componente militar nacionalista, profundamente empenhada numa luta terrível, já com vítimas numerosas – a repressão, ao tempo de Dutra fora violentíssima – apresentava-se monolítica, até mesmo por exigências de sua preservação, a componente política do governo que Vargas começava a presidir apresentava-se fragmentada e débil, minada por um câncer que o levaria ao desastre. Mais do que isso: que dividiria as forças articuladas, até aí, em torno da candidatura Vargas. A intervenção operada no Clube Militar, no crepúsculo do período de Dutra, pela destruição da diretoria presidida pelo general Newton Estillac Leal, colocava-se, diante de Vargas, mal iniciando o seu período presidencial, como exigindo decidida opção: mantê-la, e romper a aliança com a corrente nacionalista militar, ou anulá-la e estabelecer, agora, uma aliança muito mais sólida. Era, pois, uma conjuntura extremamente difícil. Vargas jamais, inclusive por formação biográfica, por traço de personalidade, fora inclinado a opções dessa natureza. Nem as condições políticas, naquele momento, lhe permitiam isso. Era seu ministro da Guerra o presidente do Clube Militar, cuja diretoria, de que se licenciara para exercer as suas altas funções no governo, vinha de ser violentamente golpeada pela repressão e intervenção – ministro que definiria sua

personalidade, para o conhecimento nacional, como líder de uma corrente nacionalista; seu ministro das Relações Exteriores era alto funcionário de um dos maiores trustes petrolíferos mundiais, empenhadíssimo em obstar a solução da questão do petróleo brasileiro pelo monopólio estatal; seu ministro da Fazenda era conhecido e notório instrumento de organizações financeiras estrangeiras, a cujo serviço se esmerara até aí. Carregando uma contradição tão profunda, o governo de Vargas começava muito fraco e, no processo da luta, como as posições se acirraram, a componente nacionalista militar radicalizara suas posições, vindo com extrema desconfiança não só a composição do governo como suas iniciativas em relação ao próprio e candente problema do petróleo.

A destruição de Vargas

A "guerra-fria" teria, então, um de seus episódios mais importantes e característicos, que alinharia nova e enorme dificuldade para o governo de Vargas: a guerra da Coreia, onde a luta entre norte-americanos e chineses colocaria o mundo muito próximo de novo conflito de proporções imprevisíveis. Se a "guerra-fria", até aí, contribuíra, politicamente, para desencadear o anticomunismo, e, economicamente, para que consumíssemos nossas divisas, acumuladas durante a Segunda Guerra Mundial, estocando bugigangas e comprando ferro velho, a guerra na Coreia pressionaria não apenas para fazer recrudescer o anticomunismo – tabuleta que acoberta arbitrariedades e negócios – mas para alcançar do Brasil uma participação militar naquele conflito distante que, a ser efetivada, acrescentaria muito, e negativamente, à subordinação do Brasil à política externa dos Estados Unidos. Por tudo isto, não é difícil constatar as grandes dificuldades com que defrontava o presidente Vargas, mal iniciado o seu governo. Essas imensas dificuldades têm sido esquecidas pelos estudiosos desse período. Eles vêm insistindo em que, nesse tempo, pela sua idade, Vargas já não dispunha de energias antes nele reconhecidas, ou de habilidade, antes nele

abundante. É um erro de apreciação. Vargas era muito mais experiente, agora – em 1950. E conservava a sua lucidez e as energias necessárias ao exercício de suas funções. O que havia mudado não era ele – senão no sentido positivo –, mas o quadro histórico. O quadro de 1950 já não era, como o da primeira fase da carreira política de Vargas no poder – entre 1930 e 1945 –, compatível com manobras de simples habilidade, em que ele se tornara consumado mestre. As condições eram inteiramente diferentes. Foram essas condições que o impediram de transpor os obstáculos com a argúcia antiga. No fim de contas, a política é a arte do possível. Não há político que consiga por atos de vontade superar as condições que a realidade coloca. Hoje, tantos anos passados, é possível reconhecer que Vargas era partidário de uma política nacionalista. No seu governo, entretanto, e naquele iniciado em 1950 de que estamos escrevendo, o nacionalismo brasileiro sofreu grandes derrotas. Para os quais contribuíram, inclusive, decisões por ele esposadas. O paradoxo é, nesse sentido, apenas aparente; seria longo deslindá-lo. É preciso frisar, a tal respeito, que a realidade política nem sempre se apresenta clara, nítida, com forças dispostas simetricamente. Muito ao contrário, ela se apresenta quase sempre conturbada, confusa, escondendo a essência dos problemas, os fatos desmentindo as aparências.

Em quadros complexos e confusos, como aquele que se apresentou em 1950 – em que, inclusive, se desenvolvia intensa campanha de intimidação da opinião, configurando como criminosa qualquer posição de defesa dos interesses nacionais –, uma das manobras típicas da reação consiste em compelir os detentores do poder, quando seus adversários, a esposar uma orientação que os impopularize. Essa manobra foi desenvolvida, em relação a Vargas, desde o momento de sua posse. Tratava-se de obrigá-lo a descaracterizar-se, isto é, a realizar, no governo, o oposto daquilo que se comprometera a realizar, quando candidato. Tratava-se de pressionar aquele que fora consa-

grado pela escolha popular a adotar uma política impopular, isto é, a desmoralizar-se pelos seus próprios atos e decisões. Na medida em que, por atos e decisões sucessivas, a manobra ia sendo desenvolvida, Vargas ia perdendo a sua base política. Ora, ninguém pode governar – pelo menos com personalidade – sem base política. Base política é o conjunto de forças – partidárias, institucionais, organizadas, políticas de opinião de massas – que permitem ao governante desenvolver a orientação que reputa adequada. A manobra de desmoralização consiste em separar o governante de sua base política. No caso de Vargas, de separá-lo de suas bases populares. Para isso, era necessário, antes do mais, obrigá-lo a renegar as posições assumidas enquanto candidato. Inclusive a de defensor da solução do monopólio estatal para o problema do petróleo. A premissa, para alcançar as condições que permitissem desembocar com aquela manobra, consistia em separá-lo da corrente nacionalista militar que concorrera para lhe assegurar a posse e lhe fornecera o ministro da Guerra. A manobra – quem percorrer a imprensa da época poderá verificar – foi desenvolvida com aquele rigor, aquele método, aquela cadência a que o imperialismo obedecia, na época de seu apogeu de dominação do "quintal".

Ela comportaria, de início, a concentração do fogo sobre o Clube Militar. Resumia-se em repetir, todos os dias, muitas vezes por dia, um refrão: *são comunistas*. Na essência, consistia em fugir peremptoriamente à discussão dos problemas em questão, substituindo a discussão pelo refrão. Consistia em não entrar no mérito, jamais. Em relação ao Clube Militar, entrar no mérito consistia em discutir se a solução do problema do petróleo deveria ser pelo monopólio estatal ou pela entrega aos trustes estrangeiros, ou, em outro caso, se deveríamos, os brasileiros, enviar tropas para a Coreia, ou não deveríamos. Como seria impopular sustentar a tese de entrega do petróleo ou de envio de tropas, a campanha se resumia no refrão. Todos os dias, várias vezes por dia, na imprensa, no rádio – não existia televisão – o refrão aparecia: *são comunistas*. Um

espíritos poderia lembrar que os comunistas, para admitir a preliminar, podem ter razão, nesta ou naquela questão específica. Não se entrava, porém, nesse perigoso terreno. A campanha consistia apenas nisso: *são comunistas*.

A Vargas não caberia, sem a menor dúvida, proteger comunistas; se acobertasse a corrente nacionalista militar, seria disso acusado; se não a acobertasse, perderia o seu apoio. A campanha contra o Clube Militar comportou, segundo verificação rigorosa, mais de 200 artigos, sueltos, notas, comentários, por dia, todos repetindo o refrão. É hoje sumamente ridículo considerar sequer o problema, para lembrar que Vargas não apenas não era comunista como detestava o comunismo. Naquela fase, no entanto, criaturas ingênuas, possuídas do furor anticomunista e habilmente manipuladas pela campanha de imprensa e rádio, punham tal enormidade em questão, e acreditavam mesmo que Vargas era comunista. E este, que conhecia de perto o alcance de campanhas desse tipo – porque delas se valera para instituir o Estado Novo, por exemplo –, podiam bem avaliar os seus riscos. De sorte que tomou a decisão que lhe cabia, recuando e abandonando os militares nacionalistas à sanha dos que pediam a cabeça deles. O general Newton Estillac Leal também não era comunista – que se perdoe levar em consideração coisas dessa natureza! – mas ficou em situação difícil e mais do que duvidosa. Estillac tinha cabeça política. As lutas do tenentismo, de que fora figura importante, mas ficou em situação difícil e mais do que duvidosa. Estillac tinha cabeça política. As lutas do tenentismo, de que fora figura importante – mas de que tirou poucos dividendos, ao contrário de outros, que desses dividendos fizeram fortuna política – lhe haviam conferido experiência suficiente para saber onde o desejavam levar. Entre Vargas, com o seu recuo, e os companheiros do Clube Militar, com o seu avanço isolado e em ponta, ficou com aquele. A partir desse momento, começava a perder valia para o próprio Vargas, porque nenhum presidente latino-americano pode ter um ministro da Guerra fraco. Estillac jogou a sua cartada

de forma errônea e encerrou praticamente sua carreira política. A militar prosseguiu, sem grandes lances. O seu recuo separou-o de suas bases, que eram justamente os nacionalistas militares.

Pouco depois, deixava o Ministério da Guerra. Deixava-o porque já não lhe era possível recuar, uma vez que não poderia ser o instrumento de perseguição àqueles companheiros. O novo ministro da Guerra de Vargas executou ou acobertou as numerosas prisões então efetivadas, os processos e a liquidação da carreira de muitos militares, cujo crime fora defender instituições democráticas e uma solução nacionalista para o problema do petróleo. A destruição da corrente nacionalista militar “coincidia” com o andamento do projeto da Petrobrás no Congresso. Em maio de 1952 – Vargas já com mais de ano no poder, em processo continuado de debilitamento político –, a corrente militar nacionalista era derrotada, nas eleições para a direção do Clube Militar. Fechava-se a grande tribuna onde o monopólio estatal do petróleo fora colocado como exigência nacional. Completara-se o cerco militar a Vargas. Era preciso, entretanto, desmoralizá-lo no que toca ao respeito pelos dinheiros públicos. Como é mais do que sabido, Vargas não era apenas homem de vida morigerada, modesta mesmo; sua probidade pessoal estava acima de qualquer insinuação. Pois bem, como não era possível acusá-lo de tirar proveito direto da função que exercia, foi necessário forjar uma questão escandalosa, em que ficasse envolvido o seu nome, tisdada a sua conduta. Tratava-se da acusação de favorecimento. Foi essa a base da campanha – montada com a mesma técnica, pela concentração de fogos e repetição de refrão – em torno de dinheiro emprestado pelo Banco do Brasil a certo jornalista, para que este montasse um jornal de apoio à política de Vargas. Os que viveram o referido período lembram-se, certamente, do caso de *Ultima Hora*. Empresas jornalísticas e radiofônicas que viviam de chantagem, que não recolhiam o que descontavam de seus trabalhadores, que sonegavam impostos, que tomavam dinheiro emprestado aos cofres públicos em

condições mais do que fraudulentas, articularam-se para acusar disso tudo a nova empresa, cujo crime consistira apenas em apoiar o governo que as forças reacionárias haviam decidido derrubar.

O cerco militar era, assim, completado pelo cerco da imprensa e do rádio, isto é, da propaganda. Começava a ser montada a manobra final.

A solidão e o suicídio

A consulta aos documentos da época permite verificar como as posições de Vargas em relação ao petróleo eram diferentes, agora, daquelas que haviam esposado quando candidato, ao mesmo tempo que começava a surgir a perigosa ambigüidade de não se saber bem qual a sua posição no que dizia respeito ao andamento do projeto em curso no Congresso. De um lado, parlamentares com papel decisivo, como Arthur Bernardes e Euzébio Rocha – figuras de vanguarda na defesa da solução do monopólio estatal –, afirmavam que o presidente pensava de determinada maneira; de outro lado, seus assessores, como Rômulo de Almeida, indigitado autor do anteprojeto oriundo do Catete, e sua liderança parlamentar, aliás lamentável, como ficaria claro quando da crise de agosto de 1954, afirmavam o contrário. Maquiavelismo? Impossível e inadequado. Em política, nos tempos modernos, não há maquiavelismo possível. Nem Vargas era maquiavélico senão para os que lhe imputavam defeitos para tisdar-lhe a imagem. Mas, também, já não havia condições para manobras, para aquelas dilações, aquelas curvas a que ele se afeiçoara, na primeira fase de seu poder. De sorte que o encaminhamento do anteprojeto ao Congresso tendo “coincidido” com a campanha contra o Clube Militar, a corrente nacionalista, que ali discutia o problema, viria a combater violentamente tal anteprojeto. Colocava-se, assim, contra Vargas, já extremamente debilitado. Somava forças, conseqüentemente, com os que tramavam a sua derrubada. Formava com eles o que se conhece, em linguagem política, como *frente*, embora tácita. Era

inequívoco erro político, sem menor dúvida. Mas da soma de erros dessa natureza e desse sentido se teceu a rede que levaria Vargas ao momento final. A propósito dessa divisão, entre os militares nacionalistas e Vargas, tive oportunidade de escrever, nas minhas *Memórias de um Soldado*: "Assim, a corrente militar nacionalista procurava, tenazmente, o seu próprio isolamento, reservava-se a pureza de ideais e propósitos, julgava-se suficientemente forte para combater, ao mesmo tempo, os partidários de Vargas e os adversários de Vargas. Na proporção em que o processo político avançava, aquela corrente, para provar a sua incontaminação ao 'populismo' varguista, acentuava sua radicalização; não queria ser confundida com os 'oportunistas', os 'demagogos'; buscava, afanosamente, provar o seu esquerdismo. E, é claro, tudo isso ajudava a reação". Não é aqui o lugar para recordar a tramitação do projeto criando a Petrobrás no Congresso. Se é exato afirmar que a Lei 2004 foi uma criação do povo brasileiro, é ainda exato afirmar que ela surgiu por força de uma ação patriótica do Congresso, que sancionou a opinião popular, que a havia consagrado. Os debates parlamentares, entretanto, que foram longos e calorosos, não acrescentaram nada de positivo ao prestígio de Vargas, já bastante combalido em 1953. O anteprojeto fora uma coisa; a lei era outra coisa. Vargas sancionou a lei e escolheu, para dar início às atividades da empresa que ela previa, um homem que militara sempre contra o monopólio estatal, o sr. Juracy Magalhães. Assim, distanciava-se mais da área nacionalista e da área popular.

Mas, por singularidade – singularidade apenas aparente, na verdade –, assumia posições para as quais não tinha apoio organizado. Parece que, na medida mesmo em que ia ficando isolado e caminhava para o desastre – previsivelmente, na época, para nova deposição –, buscava fixar a sua imagem. Mas fixá-la sem nenhum apelo à popularidade, fixá-la acima das contingências políticas e até das contingências humanas. A partir de 1953, já enfraquecido politicamente, ele que chegara ao poder no auge de

seu prestígio popular, parece que tece, pacientemente, a sua mortalha. Num homem tão cauto, tão seguro de seus passos e iniciativas, hábil no recuo, na manobra, sensível às possibilidades, distante de todo e qualquer aventureirismo, os pronunciamentos de Vargas, em 1953 e 1954, surpreendem pela audácia. Mais do que audácia: afoiteza. Na proporção em que não pode, arrisca. Quem lê, hoje, tantos anos passados, os discursos que pronunciou – não em reuniões privadas ou limitadas, mas de público, no rádio –, a respeito dos investimentos estrangeiros em energia, a respeito da remessa de lucros dos capitais estrangeiros, ou ditos estrangeiros (na verdade, captados na poupança nacional, estrangeiros apenas para fins de remessa de lucros), fica espantado. Parecem de propagandista político de esquerda, de parlamentar de oposição, de nacionalista rubro e extremado. São, entretanto, do presidente da República, e de um presidente em declínio de força, sob ameaça séria, sob o fogo de seus adversários, de seus inimigos mesmo. Tais pronunciamentos, dos mais veementes que já se fez, no Brasil, contra o imperialismo, assinalam, ao que parece, o deliberado propósito de jogar uma cartada decisiva. Não se trata de análises, de discussões, de fixação de posições. Trata-se de verdades e candentes libelos, de acusações frontais. Nesses pronunciamentos, constata-se que alguém que conhece a fundo o problema, porque preside os negócios públicos, denuncia fraudes extraordinárias, sonegações enormes, furto organizado e sistemático, burla continuada das leis e dos dispositivos fiscais. Isso não é dito em arroubos eventuais, mas surge de discursos meditados. Representa uma tomada de posição como nenhum homem público brasileiro, no nível a que ele estava alçado, fizera jamais. Tais pronunciamentos, entretanto, calavam pouco, ficavam quase sem acústica. Pela gravidade de seu conteúdo, pela violência, pela enormidade dos crimes denunciados, eram de abalar a nação, de atear-lhe fogo, de despertar as mais recônditas energias nacionais, de mobilizar o povo. E, no entanto, nada disso acontecia. Vargas dizia verdades, as mais terríveis

verdades. Mas ninguém mais estava a ouvi-lo; ninguém mais lhe prestava atenção; ninguém mais se dispunha a secundá-lo. Ele estava só.

A Lei 2004 é de outubro de 1953. Vargas não teria mais um ano de poder e de vida. Em agosto de 1954, quando, a propósito de crime comum, da alçada do delegado, articulou-se o golpe que se destinava a puni-lo pelos seus pronunciamentos e pelos seus atos, três semanas foram suficientes para liquidá-lo. Três semanas em que se assistiu, novamente, a montagem e o desenvolvimento do mesmo tipo de manobra, articulada à base dos meios de comunicação de massa, sob controle das forças antinacionais. Buscava-se, então, primeiro desmoralizá-lo pessoalmente – politicamente, já haviam conseguido – e, em seguida, depô-lo. O que viria depois? Algum dia se dirá. O propósito de não limitar a manobra à desmoralização e à deposição – esta fora objetivo em 1945, agora já não satisfazia –, mas o de aprofundá-la, transparece de tudo o que se conhece do episódio, apesar da turvação em que foi este envolvido, desviada a atenção geral para outros aspectos, que o crime envolvia, sem dúvida, mas não eram os políticos e essenciais. Vargas viveu aquelas três semanas, e particularmente as últimas horas, praticamente só. A solidão assinala o sentido da tragédia que se consumava. A solidão é a sua dimensão extraordinária. O episódio representaria, quando analisado desapassionadamente, uma das mais altas lições de política a que o nosso povo já assistiu. Com a morte de Vargas, encerrou-se uma época da história brasileira. Para tal encerramento, o seu gesto derradeiro contribuiu com a nota de grandeza trágica, marcada pela denúncia flamejante da carta que deixou e pela maneira como derrotou, sozinho e solitário, os que o haviam derrotado. Como o parta – Clemenceau escreveu isso, a propósito das acusações de Foch – que, no galope da fuga, atira ainda o último dardo ao inimigo, Vargas, passando à eternidade, marcou com indelével ferrete os que o procuravam infamar. Pena que, para vítima de tal porte, fossem tão insignificantes os adversários.